

Ilustríssima Deise Christian Silva Caldas

Pregoeira da UFVJM – Portaria 605, 12 de março de 2015.

Diamantina – MG

RECURSO ADMINISTRATIVO/ IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Pregão Eletrônico nº 013/2015 – contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais da área de engenharia para apoio à fiscalização de obras e serviços terceirizados nos diversos Campi na UFVJM.

SW COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA-ME, empresa de direito privado com sede na Rua São Judas Tadeu numero 84, Teófilo Otoni/MG. Inscrita no CNPJ 04.648.261/0001-73, com seu representante legal, vem, respeitosamente, com fulcro no § 1º, do art. 41, da Lei 8.666/93, IMPUGNAR o referido Edital pelos seguintes fatos:

A impugnante constatou que houve obscuridade e omissão nas respostas emitidas pela UFVJM não sanando os fatores legais para o pedido de ressarcimento dos trinta por cento de direito trabalhista, observando claramente que o artigo **195 da CLT e a portaria nº 1078** de 16 de julho de 2014 **do MTE não foram atendidas.**

A impugnante solicitou pedido de esclarecimento na data de 16 de Julho de 2015 para serem esclarecidos os fatos e **não houve observância do prazo legal para respostas do pedido de esclarecimento** que seria de vinte e quatro (24) horas.

DAS RAZÕES DE FATOS E DE DIREITOS

Da obscuridade e omissão de respostas

A pregoeira não respondeu os seguintes pedidos de esclarecimento solicitados pela SW COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA-ME. Enviada para deise.caldas@ufvjm.edu.br e pregao@ufvjm.edu.br em 16 de julho de 2015 às 12h37min, conforme anexo, para esclarecimento das seguintes questões:

04.648.261/0001-73
SW COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES
LTDA. - ME

Rua São Judas Tadeu, 84
Lourival Soares da Costa - CEP 39802-128

TEÓFILO OTONI - MG

1- Foram tomadas medidas adequadas para atendimento legal do artigo 195 da CLT?

2- Qual método foi utilizado pela UFVJM no qual foi citado na folha 03 do parecer técnico de ofício 031/2015-SEST/DASA/PROACE para a verificação e definição de não exposição dos trabalhadores "Engenheiros Eletricistas e Técnicos em Eletrotécnica" em riscos com a eletricidade?

3- Na folha 03 do parecer técnico de ofício 031/2015-SEST/DASA/PROACE, considera informações prestadas pelo diretor de infraestrutura da UFVJM para não exposição de trabalhadores "Engenheiros Eletricistas e Técnicos em Eletrotécnica" em riscos com a eletricidade. A declaração do diretor de infraestrutura assegura e isenta a vencedora do certame de pagamento de adicional de periculosidade aos trabalhadores cujo exercício de suas funções estará ligado aos serviços elétricos?

4- O parecer técnico da UFVJM tem o mesmo valor legal de uma perícia do MTE para descaracterização de periculosidade?

5- Os textos da NR 16 que citam FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO de serviços elétricos foram levados em consideração no parecer técnico de ofício 031/2015-SEST/DASA/PROACE utilizado com resposta a uma solicitação de impugnação do pregão 013-2015?

6- A UFVJM não deveria levar em consideração a alteração dada pela portaria nº 1078 de 16 de julho de 2014, MTE, que assegura aos trabalhadores eletricitários "Engenheiros Eletricistas e Técnicos em Eletrotécnica", a percepção de adicional de 30% (trinta por cento) conforme a NR 16?

7- A UFVJM foi dado como resposta à solicitação de impugnação da empresa SW Comercio e construções Ltda-ME, em 03/07/2015 como improcedente citando:

04.648.261/0001-73
SW COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES
LTDA, - ME
Rua São Judas Tadeu, 84
Lourival Soares da Costa - CEP 39802-128
TEÓFILO OTONI - MG

“Assim para que fosse aceita a alegação de caracterização da periculosidade, deveria a impugnante ter apresentado laudo técnico, emitido por profissional competente, comprovando a aplicabilidade do adicional de periculosidade, onde deveriam ser consideradas as condições de serviços a serem prestados.”

AUFVJM poderá pedir os interessados/concorrentes do certame para elaborarem uma pericia do MTE para definição de periculosidade em suas instalações para ter direito à solicitação de esclarecimentos e ou aceitação de impugnação?

Registre-se, de passagem, que tal obscuridade poderá ocasionar prejuízos financeiros e morais imensuráveis às licitantes participantes do certame considerando a falta de fontes e pretextos legais para negar o pagamento dos direitos trabalhistas.

Mister ressaltar também que estas condições representam potencial extremamente lesivo às empresas participantes do certame, posto que não foi claramente definido a forma como se dará o desconto dos valores pertinentes a causas trabalhistas motivadas por falta de atendimento as normas dada pela **portaria nº 1078** de 16 de julho de 2014 **do MTE**.

Da não observância do prazo legal para respostas

O prazo legal para fornecimento da resposta ao pedido esclarecimento não foi respeitado, o que colocou todo o processo em risco, sob pena de macular todo o certame e invalidá-lo.

A legislação regulamenta claramente que é facultada a qualquer pessoa, cidadão ou licitante, impugnar, solicitar esclarecimentos ou providências conforme Art. 12 do decreto Nº 3.555, de 8 DE AGOSTO DE 2000.

Os pedidos de esclarecimento foram enviados na data de 16 de Julho de 2015 e não houve resposta ou manifestação no período legalizado.

À respeito do referido entendimento poderá ser analisados pelas seguintes leis e pareceres do TCU:

04.648.261/0001-73

SW COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES
LTDA. - ME

Rua São Judas Tadeu, 84
Lourival Soares da Costa - CEP 39802-128

TEÓFILO OTONI - MG

DECRETO Nº 3.555, DE 8 DE AGOSTO DE 2000

Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

§ 1º Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

Acórdão 668/2005 Plenário:

“Deve ser cumprido o prazo previsto no § 1º do art. 12 do Decreto 3555/2000, decidindo no prazo de vinte e quatro horas sobre as petições apresentadas pelas licitantes nos pregões.”

Acórdão 668/2005 Plenário

“Conclusão

146. Diante do que se expôs acima e na instrução anterior, constata-se a procedência parcial das representações formuladas pelas empresas (...), bem como a necessidade de adotar medidas com vistas à anulação do certame, tendo em vista que restaram configuradas as seguintes ocorrências...

e) Não-observância do prazo previsto no § 1º do art. 12 do Decreto 3.555/2000, ao apreciar as impugnações e os esclarecimentos ao edital apresentados, notadamente os das empresas (...), cujas respostas continham possível prejuízo para a participação das licitantes no certame.”



Portanto, a resposta obscura ou omissa e fora do prazo legal é inadmissível. Mesmo porque, num regime democrático, a Administração tem o dever de

04.648.261/0001-73
SW COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES
LTDA. - ME

4

Rua São Judas Tadeu, 84
Lourival Soares da Costa - CEP 39802-128

TEÓFILO OTONI - MG

esclarecer toda e qualquer dúvida dos particulares dentro de um prazo legal para não haver prejuízos na concorrência.

Se tal fato persistir, as repercussões judiciais que recairão sobre os responsáveis pelo Processo Licitatório seriam extremamente graves.

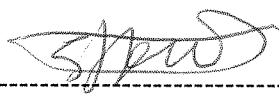
DO PEDIDO

Posto isto, a Recorrente não tem a menor dúvida de que o nobre Colegiado, imbuído do mais alto respeito pelo Direito e pela Justiça, diante da fundamentação retro-expedida, embasada nas normas trabalhistas, jurisprudências e leis, dará provimento ao presente recurso administrativo de impugnação ao Edital.

Ad. Cautelam, se assim não entender essa d. Comissão de Licitação, requer a Recorrente o encaminhamento das presentes razões à d. Autoridade Superior, para apreciação e os fins de direito.

Nestes termos, respeitosamente, pede e espera deferimento.

Teófilo Otoni 17 de Julho de 2015



REPRESENTANTE LEGAL

SW COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA - ME

04.648.261/0001-73
SW COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES
LTDA. - ME
Rua São Judas Tadeu, 84
Lourival Soares da Costa - CEP 39002-128
TEÓFILO OTONI - MG



sw construções <swcomercioconstrucoes@gmail.com>

Pedido de Esclarecimento-Pregão Eletrônico nº 013/20152 mensagens

sw construções <swcomercioconstrucoes@gmail.com>

16 de julho de 2015 12:37

Para: deise.caldas@ufvjm.edu.br, pregao@ufvjm.edu.br

Ilustríssima Deise Christian Silva Caldas

Pregoeira da UFVJM – Portaria 605, 12 de março de 2015.

Diamantina – MG

Pedido de Esclarecimento

Pregão Eletrônico nº 013/2015 – contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais da área de engenharia para apoio à fiscalização de obras e serviços terceirizados nos diversos Campi na UFVJM.

Com base nos pedidos de impugnação, foram elaborados respostas pela UFVJM, contudo não foi possível o entendimento de forma clara, objetiva e concreta acerca das leis trabalhistas e normas vigentes em relação ao pagamento dos **trinta por cento** de direito para funcionários eletricitários (Engenheiros Eletricistas e Técnicos em Eletrotécnica).

Com base na **Art. 19 do DECRETO Nº 5.450, DE 31 DE MAIO DE 2005**, solicitamos esclarecimentos para as questões abaixo mencionadas:

- 1- Foram tomadas medidas adequadas para atendimento legal do artigo 195 da CLT?
- 2- Qual método foi utilizado pela UFVJM no qual foi citado na folha 03 do parecer técnico de ofício 031/2015-SEST/DASA/PROACE para a verificação e definição de não exposição dos trabalhadores “Engenheiros Eletricistas e Técnicos em Eletrotécnica” em riscos com a eletricidade?
- 3- Na folha 03 do parecer técnico de ofício 031/2015-SEST/DASA/PROACE, considera informações prestadas pelo diretor de infraestrutura da UFVJM para não exposição de trabalhadores “Engenheiros Eletricistas e Técnicos em Eletrotécnica” em riscos com a eletricidade. A declaração do diretor de infraestrutura assegura e isenta a vencedora do certame de pagamento de adicional de periculosidade aos trabalhadores cujo exercício de suas funções estará ligado aos serviços elétricos?
- 4- O parecer técnico da UFVJM tem o mesmo valor legal de uma pericia do MTE para descaracterização de periculosidade?
- 5- Os textos da **NR 16 que citam FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO de serviços elétricos** foram levados em consideração no parecer técnico de ofício 031/2015-SEST/DASA/PROACE utilizado com resposta a uma solicitação de impugnação do pregão 013-2015?


6- A UFVJM não deveria levar em consideração a **alteração dada pela portaria nº 1078 de 16 de julho de 2014, MTE**, que assegura aos trabalhadores eletricitários "Engenheiros Eletricistas e Técnicos em Eletrotécnica", a percepção de adicional de 30% (trinta por cento) conforme a NR 16?

7- A UFVJM foi dado como resposta à solicitação de impugnação da empresa **SW Comercio e construções Ltda-ME**, em 03/07/2015 como improcedente citando:

"Assim para que fosse aceita a alegação de caracterização da periculosidade, deveria a impugnante ter apresentado laudo técnico, emitido por profissional competente, comprovando a aplicabilidade do adicional de periculosidade, onde deveriam ser consideradas as condições de serviços a serem prestados."

AUFVJM poderá pedir os interessados/concorrentes do certame para elaborarem uma pericia do MTE para definição de periculosidade em suas instalações para ter direito à solicitação de esclarecimentos e ou aceitação de impugnação?

Para facilitar nosso entendimento e dos demais concorrentes do certame, pedimos com gentileza que prestem os esclarecimentos separadamente e na mesma ordem solicitada de maneira clara e objetiva para não restar dúvidas acerca dos casos questionados.


 **pedido de esclarecimento16099020150716123208.pdf**
136K

sw construções <swcomercioconstrucoes@gmail.com>
Para: sw construções <swcomercioconstrucoes@gmail.com>

16 de julho de 2015 12:38

----- Mensagem encaminhada -----

De: **sw construções** <swcomercioconstrucoes@gmail.com>
Data: 16 de julho de 2015 12:37
Assunto: Pedido de Esclarecimento-Pregão Eletrônico nº 013/2015
Para: deise.caldas@ufvjm.edu.br, pregao@ufvjm.edu.br
[Texto das mensagens anteriores oculto]

 **pedido de esclarecimento16099020150716123208.pdf**
136K

04.648.261/0001-73
SW COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES
LTDA. - ME
Rua São Judas Tadeu, 84
Lourival Soares da Costa - CEP 39802-128
TEÓFILO OTONI - MG

